

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE ("Faelce" ou "Fundação") administra planos de benefícios patrocinados pela Companhia Energética do Ceará ("Coelce") e pela própria Faelce, com sede na Av. Barão de Studart, 2700, Dionísio Torres, Fortaleza - CE, Brasil. É uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 2.356, de 19 de dezembro de 1980, do Ministério da Previdência Social.

A Fundação obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, e às Resoluções específicas do Banco Central do Brasil, estando disciplinada pelas Leis Complementares nºs 108 e 109/2001 dentre outras normas.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Fundação tem como finalidade principal, operar planos de benefícios previdenciários. Administra atualmente dois planos de benefícios, um na modalidade de "benefício definido" (plano BD) e o outro na modalidade de "contribuição definida" (plano CD), destinados aos seus participantes, assistidos e respectivos beneficiários, na forma prevista em seus respectivos regulamentos.

Na Fundação, todos os resultados auferidos são vinculados aos Planos que administra. Portanto, não gera e nem distribui lucro ou participações em investimentos. Cada Plano é gerido de forma segregada, possuindo responsabilidades e compromissos apenas com a massa de participantes a ele vinculados e, de acordo com seus regulamentos, com seus dependentes e beneficiários.

A Fundação possuía em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as seguintes quantidades de participantes e assistidos:

Quantitativos	2018	2017	%
Ativos	1.084	1.115	(2,78)
Aposentados	1.651	1.612	2,41
Beneficiários de pensão	640	668	(4,19)
Totais	3.375	3.395	(0,59)

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Planos de benefícios

Os dois planos de benefícios administrados pela Fundação têm como objetivo principal a concessão de benefícios previdenciários.

Plano de benefícios definidos - BD

O Plano de benefício definido está inscrito no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, sob o nº 19800024-11, e tem por objetivo pagar benefícios previdenciários previstos no seu regulamento e possui independência financeira, patrimonial e contábil.

O Plano se encontra fechado para novas adesões, desde 18 de outubro de 2006, possuindo em 31 de dezembro de 2018 um total de 184 participantes ativos (244 em 2017) e 2.186 assistidos (2.195 em 2017).

Plano de contribuições definidas - CD

O plano de contribuição definida está inscrito no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, sob o nº 20060051-38, e tem por objetivo pagar benefícios previdenciários previstos no seu regulamento e possui independência financeira, patrimonial e contábil.

Em 31 de dezembro de 2018 apresentava 900 participantes ativos (871 em 2017) e 105 assistidos (85 em 2017).

1.2. Recursos disponíveis e gestão das operações

Os recursos de que a Fundação dispõe para cumprir o seu principal objetivo são representados por contribuições de suas patrocinadoras, dos participantes, dos assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, conforme disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 109/2001, que devem obedecer às disposições da Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Resolução 4.661, de 25 de maio de 2018 e suas alterações posteriores.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Recursos disponíveis e gestão das operações--Continuação

A Coelce e a Fundação são responsáveis pelo processamento das folhas de pagamentos dos seus respectivos empregados e participantes ativos, base para a cobrança das contribuições. A manutenção e segurança do sistema de cadastro de participantes, que fornece os dados para os cálculos atuariais, determinando as provisões matemáticas são de responsabilidade da Fundação.

A estrutura de gestão dos investimentos dos dois planos de benefícios é realizada internamente e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos e por meio de segregação real dos recursos.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto sobre a renda de pessoa jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social sobre o lucro líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e com a Instrução Normativa da SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005 atualizada pela Instrução Normativa RFB nº 1.315 de 03 de janeiro de 2013.

1.2.1. Gestão administrativa

São recursos destinados em dotação orçamentária, previamente aprovados pelo Conselho Deliberativo e acompanhado pelo Conselho Fiscal, para custeio da gestão administrativa da Fundação. Os recursos são originados pelas patrocinadoras Coelce e Faelce, participantes e assistidos dos planos administrados pela Faelce. As despesas necessárias à administração dos planos de benefícios são assim custeadas:

Plano BD

1. Dotação orçamentária repassada pelas patrocinadoras Coelce e Faelce;
2. Repasse orçamentário de parte da rentabilidade dos investimentos;
3. Reversão do Fundo Administrativo de Empréstimos (FAE), constituído com taxa específica cobrada na concessão de empréstimos, com fins estabelecidos em regulamento próprio; e
4. Reversão dos Fundos Administrativos Previdenciais e Investimentos, constituídos com a sobra de recursos do custeio administrativos com a finalidade de cobrir despesas futuras, quando necessário.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Recursos disponíveis e gestão das operações--Continuação

1.2.1. Gestão administrativa--Continuação

Plano CD

1. Destinação parcial de contribuição dos participantes e patrocinadores;
2. Reversão do Fundo Administrativo de Empréstimos (FAE), constituído com taxa específica cobrada na concessão de empréstimos, com fins estabelecidos em regulamento próprio; e
3. Reversão dos Fundos Administrativos Previdenciais e Investimentos, constituídos com a sobra de recursos do custeio administrativo com a finalidade de cobrir despesas futuras, quando necessário.

O critério de rateio das despesas administrativas é pré-estabelecido, e está definido no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo assim distribuído:

- As despesas específicas dos programas são custeadas 100% pelo programa de origem;
- As despesas com treinamento são custeadas pelos programas administrativos de investimento e previdencial, e pelo fundo administrativo de treinamento, conforme definido em regulamento;
- As despesas administrativas inerentes à carteira de empréstimos são custeadas pelo fundo administrativo de empréstimos, conforme definido em regulamento;
- As despesas comuns às gestões administrativas previdencial e investimento são rateadas na razão de 50% por gestão; e
- O critério de rateio entre planos para o programa administrativo previdencial e de investimento foi definido em função do patrimônio de cada plano.

mt

D

W. N. N. N.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Divulgação de Informações

A Resolução CGPC nº 23/2006 dispõe sobre os procedimentos a serem observados na divulgação de informações aos participantes e assistidos dos planos de benefícios. A disponibilização do Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, previsto no artigo 3º, e as outras informações cuja divulgação esteja prevista em lei, atos normativos, estatutos das entidades e regulamentos dos planos de benefícios, ou determinadas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Conforme estabelece o artigo 6º da referida Resolução, o Relatório Anual e demais informações poderão, por solicitação dos participantes ou assistidos, ser disponibilizadas e entregues através de meio eletrônico. A Recomendação CGPC nº 01/2008 em seu parágrafo único, artigo 4º, consta que a entidade que comprovar a efetividade e abrangência de ações de educação previdenciária, poderá ser dispensada de encaminhar, em meio expresso, o relatório anual de informações, previstos nos artigos 3º e 4º da Resolução CGPC nº 23/2006, supracitada. A Faelce apresentou à PREVIC, no mês de outubro de 2012, um Programa de Educação Financeira e Previdenciária, aprovado através do ofício nº 582/2013, CGAC/DIACE/PREVIC. A Instrução Previc nº 13/2014, publicada em novembro, simplifica a divulgação das informações aos participantes e assistidos e ratifica a dispensa de encaminhar, por meio impresso, exceto quando expressamente solicitado pelos interessados.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC Nº 29, de 13 de abril de 2018, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 (Normas Brasileiras de Contabilidade) e as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do Resultado Abrangente. A estrutura da planificação contábil das Entidades Fechadas de Previdência Complementar ("EFPC") reflete o ciclo operacional de longo prazo das atividades, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e fluxo de investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações

Apresentamos as suas funções, exceto do Assistencial, que não se aplica a Faelce:

- Gestão previdencial: registra as atividades de cunho previdencial dos planos de benefícios administrados, com o objetivo de registrar as contribuições, os benefícios, os institutos de portabilidade, resgate, benefício proporcional diferido e autopatrocínio, bem como o resultado do plano de benefícios previdenciários.
- Gestão administrativa: ente contábil criado com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade. Possui Ativos, Passivos e Resultados segregados dos planos de benefícios.
- Fluxo de investimentos: registra as rendas/variações positivas e deduções negativas dos recursos dos planos de benefícios, devidamente segregados.

A fim de atender à Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e alterações posteriores, a Fundação apresenta mensalmente, balancetes por plano de benefícios e o administrativo, além do consolidado, segregando os registros contábeis por plano e por patrocinador, segundo a natureza e o custeio. Assim sendo, as demonstrações contábeis são apresentadas neste relatório de forma consolidada e, quando necessário, são segregadas por plano de benefícios, objetivando maior transparência na real visualização da situação patrimonial e de resultado dos planos de benefícios.

As notas explicativas às demonstrações contábeis são apresentadas de forma consolidada no que concerne ao PGA e de forma segregada por plano no que compõe os saldos patrimoniais dos planos de benefícios.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada através da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e alterações posteriores, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado – Demonstra o Patrimônio da entidade comparativo com o exercício anterior
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) – Apresenta a origem e o valor de cada adição e destinação de recurso e comparativo com exercício anterior;
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada) - Demonstra o fluxo de gestão administrativa e possui características de uma DRE;
- Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL - Demonstra o grau de cobertura e a evolução dos componentes patrimoniais;
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL – Demonstra o grau de cobertura e a evolução patrimonial; e
- Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Demonstra as provisões dos compromissos dos planos de benefícios para com os seus contribuintes e beneficiários.

A Resolução CNPC n  16 de 19 de novembro de 2014, inclui na Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL a obrigatoriedade de apresentar informações complementares referente a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado dos Planos de Benefício Definido.

Tais valores correspondem a soma do Superávit ou Déficit Técnico, contabilizado em 31 de dezembro, com os ajustes de precificação entre os valores: contábil dos títulos públicos federais (atrelados a  ndice de preço e classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento) e o apurado considerando a taxa de juros real utilizada na avaliação atuarial.

3. Principais políticas contábeis

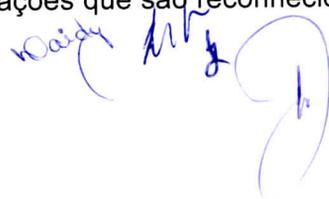
As principais políticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas a seguir:

3.1. Apuração do resultado

A apuração do resultado é o confronto das receitas e despesas do período, em observância ao regime de competência.

O resultado dos planos é apurado em observância ao princípio de competência, exceto as rendas/variações positivas de dividendos e juros sobre capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações que são reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficar ex-dividendo.

Waldy



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Principais políticas contábeis

3.1. Apuração do resultado--Continuação

As contribuições dos autopatrocinados do plano CD são registradas, por ocasião do recebimento, conforme prazo previsto nos regulamentos dos planos de benefícios.

3.2. Realizável

É a quantia líquida que uma entidade espera realizar com a venda dos seus ativos e recebimentos dos seus recebíveis.

3.2.1. Gestão previdencial

É a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos na LC nº 109/2001 (Lei Complementar), de provisões matemáticas, fundos previdenciais, bem como do resultado do plano de benefício.

O realizável previdencial é reconhecido em conformidade com o regime de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados do Plano CD – Contribuição Definida as quais são registradas em regime de caixa, estando representados pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes. Além desses, registra-se valores a receber de natureza previdenciária e depósitos judiciais de ações inerentes à referida gestão.

3.2.2. Gestão administrativa

É a atividade de registro e de controles inerentes a administração dos planos de benefícios.

O realizável administrativo é reconhecido em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Realizável--Continuação

3.2.2. Gestão administrativa

As despesas administrativas são classificadas exclusivamente ou concomitantemente como:

- a. Despesa Administrativa Previdencial
- b. Despesa Administrativa de Investimento
- c. Despesa Administrativa de Treinamento
- d. Despesa Administrativa de Empréstimo

Sendo a despesa administrativa comum aos planos de benefícios, deverá ser custeada conforme o seguinte rateio:

Despesas	Plano BD	Plano CD
Despesas Administrativas Previdenciais	90%	10%
Despesas Administrativas de Investimentos	90%	10%
Despesas Administrativas de Empréstimo	76%	24%
Despesas Administrativas de Treinamento	90%	10%

O rateio das Despesas administrativas de Empréstimo é conforme definido e aprovado no critério de rateio de cada plano, enquanto as demais despesas administrativa com finalidade exclusiva de um plano de benefícios, será denominada como despesa específica, e por conseguinte custeada pelo mesmo.

3.2.3. Investimentos

É o registro e controle referentes à aplicação de recursos dos planos de benefícios e da administração dos planos. O patrimônio é aplicado conforme Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, orientando a política de investimento, cuja finalidade é estabelecer padrões de investimentos prudentes e rentáveis para cumprir com a meta atuarial e índice de referencia dos planos administrados pela Faelce.

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC/MPAS nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução do CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem, a partir do ano de 2002, proceder à avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do Programa de Investimentos - realizável segundo as duas categorias a seguir:



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Realizável--Continuação

3.2.3. Investimentos

- (i) Títulos para negociação - registrar os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - registrar os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos devem ser classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável, tendo como contrapartida o resultado do período.

A metodologia aplicada para a mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pelo administrador da carteira de recursos, que inclui a captura de preços de referencia praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsa de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base mais próxima do balanço.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas com base nos seus respectivos valores divulgados, reconhecendo-se contabilmente no resultado do exercício a variação verificada.

Investimentos imobiliários

São registrados ao custo de aquisição e ajustados pelo valor das reavaliações efetuadas anualmente, o que dispensa o registro de depreciação e suas receitas de locação são registradas por regime de competência.

Operações com participantes

É a concessão de valores mobiliários em empréstimos aos participantes e assistidos, nos limites estabelecidos em normas legais e critérios e remuneração previstos nos Regulamentos.



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Realizável--Continuação

3.2.3. Investimentos--Continuação

Operações com participantes

Os empréstimos estão demonstrados pelos valores originais das concessões (por meio de instrumento particular), atualizados mensalmente conforme parâmetros definidos nos Regulamentos de Empréstimos dos planos de benefícios, respeitando o regime da competência.

A provisão para perdas prováveis no recebimento das parcelas de empréstimos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, conforme estabelece o Item 11, Anexo "A" da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Na concessão dos empréstimos, além da taxa de administração, é contratado seguro prestamista para a cobertura dos riscos de contraparte, para os casos de inadimplência, por sinistralidade de morte do segurado. Trata-se de uma modalidade de seguro proprietário, sendo os prêmios administrados mensalmente e revertidos para o Fundo de Empréstimos por Quitação por Morte do mutuário. Sobre, o saldo devedor mensal, é cobrado a alíquota de 0,1971% para o Plano BD e 0,0252% para o Plano CD, independentemente do prazo e perfil etário do tomador.

Depósitos judiciais/recursais

Apesar de não representar um segmento de investimento previsto na Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, os depósitos judiciais/recursais são registrados de acordo com a origem das contingências dos investimentos.



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

É a estimativa de uma provável perda de ativos pelo inadimplemento do tomador.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo "A" da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias; e
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

3.4. Exigível operacional

É a parcela do passivo patrimonial destinada ao ciclo operacional das obrigações já assumidas pela Entidade.

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. Estes valores representam as obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais e sociais. O Exigível Operacional também registra a contribuição para o custeio das despesas administrativas dos planos de benefícios recebidas no mês anterior ao de competência.

RV

9

100%

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Exigível contingencial

Corresponde ao somatório dos valores relativos aos fatos previdenciais, administrativos, trabalhistas e fiscais oriundos de interpretações divergentes, que terão decisões futuras, gerando ou não desembolso pela Fundação.

A Faelce é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo o registro realizado segundo a classificação da probabilidade de perda, além de considerar: (i) a opinião dos assessores jurídicos; (ii) a natureza das ações; (iii) a similaridade com processos anteriores; (iv) a complexidade; e (v) o posicionamento de tribunais. Os processos estão classificados de acordo com a sua natureza, entre os Programas de Gestão Previdencial e Gestão Administrativa e de Investimentos.

Os valores de provisões são construídos a partir das estimativas dos desembolsos futuros para cobertura financeira dos processos de natureza previdenciária, sendo calculadas por objeto das ações, considerando os impactos financeiros e atuariais para os planos administrados pela Faelce. Para os processos em fase de execução, se utiliza o valor caucionado no respectivo processo para fins de provisão.

As provisões são constituídas somente para os processos que representam perda provável, de acordo com o parecer dos assessores jurídicos. Nos processos em que o risco de perda é classificado como possível, não há registro em provisão, ocorrendo apenas a evidenciação destas ações em nota explicativa. Quando a probabilidade de perda é remota, não há registro em provisão e de notas explicativas nas demonstrações contábeis. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos valores das contingências ativas e passivas são registrados de acordo com os critérios definidos na NBC TG (Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnica Geral) 25 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Para fins de classificação, são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

- Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer;
- Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota; e
- Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and the name 'Kaidy'.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Patrimônio social

São os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos.

Provisões matemáticas e fundos da gestão previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários contratados pela Faelce. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

Equilíbrio técnico

Situação apurada contabilmente, no final do período, em que os valores de bens e direitos são iguais às obrigações do plano.

Representa o resultado acumulado, apurado ao longo do tempo, relativo ao plano de benefício definido; e

Fundos previdenciais

São reservas constituídas com fim específico, e definidas nos regulamentos dos planos de benefícios.

A Fundação tem 02 (dois) fundos previdenciais: (i) Fundo Coletivo de Benefícios de Risco; (ii) Fundo patronal não comprometido.

- (i) Fundo Coletivo de Benefícios de Risco - fundo exclusivo do plano CD, constituído através das contribuições realizadas pelos Participantes Ativos Normais e pelos Patrocinadores, incluindo as realizadas por Participantes na condição de Autopatrocinados e pelos Participantes Ativos Singulares. Tem o objetivo de cobrir os riscos de inadimplemento por eventos de morte e invalidez, bem como o auxílio-doença nos termos previstos no regulamento do plano; e
- (ii) Fundo Patronal não Comprometido – É constituído com parte das contribuições das patrocinadoras, não devidas aos participantes, no ato do resgate, a ser utilizado por participantes e patrocinadoras. Destina-se a custear as despesas administrativas do plano, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Patrimônio social--Continuação

Fundos administrativos

São fundos constituídos com economia orçamentária no período de arrecadação de poupança, para o custeio de despesas no período de desembolso, ou seja, de pagamento de benefícios. Além de fundos constituídos com fins específicos: (i) FAT (Fundo Administrativo de Treinamento), para o desenvolvimento e treinamento; (ii) FAE (Fundo Administrativo de Empréstimo), para o custeio de aquisições de ativo permanente e despesas destinadas à carteira de empréstimos; e (iii) Fundo Permanente, destinado às aquisições de bens duráveis e desenvolvimento de Software.

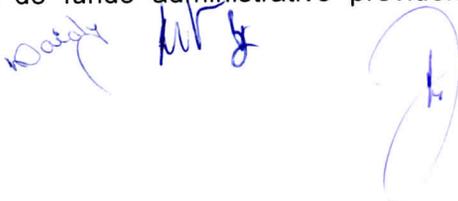
O fundos administrativos destinam-se à cobertura de insuficiência de custeio administrativo, sendo que os recursos oriundos no plano BD são constituídos pela diferença dos recursos de contribuição específica das patrocinadoras e das despesas administrativas previdenciais, e no plano CD, os recursos são originados pela taxa de carregamento sobre as contribuições.

Os fundos administrativos dos investimentos destinam-se a cobertura de eventuais insuficiências de recursos do custeio administrativo, caracterizando uma reserva orçamentária. Estes fundos são constituídos pela diferença do custeio administrativo do investimento em relação às despesas inerentes ao programa.

Os fundos administrativos permanentes constituídos através dos recursos orçamentários, quando da aquisição do bem, destinam-se à cobertura da reversão da aplicação em permanente para fazer face à depreciação reconhecida mensalmente.

Os fundos administrativos de empréstimos destinam-se ao custeio de despesas incorridas com a administração inerentes à carteira de empréstimos de cada plano. Esses fundos são constituídos através da taxa de administração, prevista em contrato celebrado com seus participantes e assistidos no ato da concessão.

Os fundos administrativos de treinamento destinam-se ao desenvolvimento, capacitação e treinamento dos empregados, conselheiros e dirigentes. Esses fundos são constituídos com recursos do fundo administrativo previdencial, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados e avaliadas pela Administração.

3.8. Operações administrativas

É um ente contábil que consiste em registrar e controlar com transparência todos os atos econômicos e financeiros da atividade de administração dos planos de benefícios.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 revogada pela Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018), e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio compartilhado com os planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (i) Previdencial, (ii) Investimentos e (iii) Diretas, deduzidas das despesas comuns e despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos. As eventuais sobras ou insuficiências de recursos destinados ao custeio administrativo, são alocados ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo dos Fundos Administrativos é segregado por plano, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Faelce são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou;

mtg

[Handwritten signature]

Wald

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.8. Operações administrativas--Continuação

- Despesas comuns: utilização de critério de rateio que leva em consideração o estudo realizado pela Diretoria Executiva da Entidade, e aprovado pelo Conselho Deliberativo quando da aprovação do Orçamento Geral de cada exercício. O rateio leva em consideração a complexidade operacional na administração de cada plano de benefícios e é com base nesta apuração que se define o percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), aprovado pelo Conselho Deliberativo da Faelce, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

3.9. Ajuste de precificação e da apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado corresponde ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente, conforme disposto na Instrução Normativa PREVIC nº 19, de 4 de fevereiro de 2015.

O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I - estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- II - tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;
- III - o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;
- IV - o valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;

nik

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Ajuste de precificação e da apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

- V - a duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e
- VI - esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

Foram utilizados os títulos NTN-B mantidos até o vencimento que fazem parte da carteira do plano BD. Ressalta-se que os ajustes de precificação não são objeto de registro contábil.

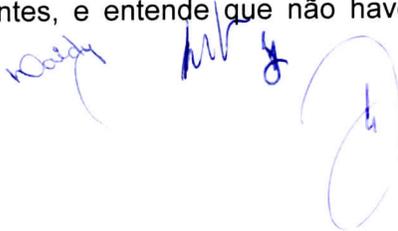
3.10. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 01 de janeiro de 2018

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15 Revenues from contracts with customers)

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

- (i) Identificação de um contrato com o cliente;
- (ii) Determinação das obrigações de desempenho;
- (iii) Determinação do preço da transação;
- (iv) Alocação do preço da transação; e
- (v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

A Fundação avaliou os impactos relacionados às transações efetuadas no curso dos seus relacionamentos com clientes, e entende que não haverá alterações na divulgação nas demonstrações contábeis.



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 01 de janeiro de 2018--Continuação

CPC 48 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (IFRS 9 Financial Instruments)

A Fundação adotou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018.

i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Fundação relacionadas a passivos financeiros.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 01 de janeiro de 2018--Continuação

Adoção CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros--Continuação

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Fundação pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Fundação pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

ht

2

Wright

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 01 de janeiro de 2018--Continuação

CPC 48 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (IFRS 9 Financial Instruments)

- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Instrumento financeiro	Classificação		Mudança valorização
	CPC 38 / IAS 39	CPC 48 / IFRS 9	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Não
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado / Valor justo por meio do resultado	Não
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	Não
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	Não
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Não
Operações com derivativos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Não

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Fundação:

- CPC 06(R2) – Arrendamento (IFRS 16)
- Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture);
- IFRS 17 Contratos de seguro;

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 01 de janeiro de 2018--Continuação

- Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro – Alterações à IFRS 4;
- Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação (ICPC 21); e
- IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Realizável

4.1 Gestão previdencial

	2018	2017	Variação %
Recursos a receber	1.671	1.641	1,46%
Contribuições do mês (a)	1.666	1.633	1,65%
Patrocinadora	1.163	1.131	2,83%
Benefício definido	808	794	1,76%
Contribuição definida	355	337	5,34%
Participantes	498	502	(1,00%)
Benefício definido	135	155	(12,90%)
Contribuição definida	363	347	4,32%
Autopatrocinado	5	8	(37,50%)
Autofinanciados	2	8	(75,00%)
Contribuições 13º salário	3	-	-
Depósitos judiciais - previdencial (b)	1.854	3.672	(49,51%)
Restituição de contribuição	681	1.279	(46,76%)
Revisão de benefício	1.173	2.393	(50,98%)
Outros realizáveis	42	12	250,00%
Realizável Gestão Previdencial	3.567	5.325	(33,13%)

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.1 Gestão previdencial--Continuação

- a) Em 2018 não houve variação significativa em relação ao exercício anterior. As contribuições sobre o 13º salário foram recebidas em dezembro.
- b) Em 2018 houve uma variação negativa 33% em relação ao exercício anterior, decorrente principalmente, da baixa de depósitos judiciais, relativo a conclusão de processos transitados em julgado, além de acordos extra judiciais efetuados no exercício, para as quais havia sido efetivado os referidos depósitos judiciais, além de acordos extrajudiciais.

4.2. Gestão administrativa

	2018	2017	Variação %
Despesas futuras	1.239	933	32,80%
Pessoal e encargos	9	17	(47,06%)
Despesas gerais	14	5	180,00%
Depósitos judiciais/recursais	1.216	911	33,48%
Custeio administrativo	112	107	4,67%
Benefício definido	9	10	(10,00%)
Contribuição definida	103	97	6,19%
Realizável Gestão Administrativa	1.351	1.040	29,90%

O realizável administrativo é reconhecido em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

A variação (positiva/negativa) de 29,90% em relação ao exercício anterior refere-se a principalmente em função dos aportes mensais dos depósitos judiciais para a COFINS.

4.3. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, era a seguinte a composição dos investimentos em garantia das provisões matemáticas, com base na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e alterações posteriores, estruturada por emissor e segregada por plano:

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3 Investimentos--Continuação

	2018				2017			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Consolidado	Plano BD	Plano CD	PGA	Consolidado
Ações	36.169	-	-	36.169	46.134	-	-	46.134
Patrocinadora - Coelce	36.169	-	-	36.169	46.134	-	-	46.134
Fundos de investimentos	980.051	134.520	15.450	1.130.021	946.803	118.271	13.982	1.079.056
Renda fixa (a)	949.093	122.727	15.450	1.087.270	914.464	108.095	13.982	1.036.541
Ações (b)	13.167	11.275	-	24.442	9.157	9.438	-	18.595
Participações (c)	17.791	518	-	18.309	23.182	738	-	23.920
Investimentos imobiliários (d)	101.819	-	-	101.819	98.093	-	-	98.093
Edificações para uso próprio	3.069	-	-	3.069	2.985	-	-	2.985
Edificações locadas à patrocinadora	16.268	-	-	16.268	88.173	-	-	88.173
Edificações locadas à terceiros	74.065	-	-	74.065	-	-	-	-
Outros investimentos imobiliários	8.417	-	-	8.417	6.935	-	-	6.935
Operações com participantes (e)	14.905	4.445	-	19.350	16.659	5.223	-	21.882
Empréstimos	14.984	4.482	-	19.466	16.744	5.267	-	22.011
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(79)	(37)	-	(116)	(85)	(44)	-	129
Depósitos judiciais	3.805	-	-	3.805	3.805	-	-	3.805
RET (f)	3.805	-	-	3.805	3.805	-	-	3.805
Realizável Investimentos	1.136.749	138.965	15.450	1.291.164	1.111.494	123.494	13.982	1.248.970

a) Operações de Renda Fixa

As operações no segmento de renda fixa, a Faelce utiliza Fundos de Investimentos sob a forma de condomínios abertos e fechados, além da operacionalização de fundos exclusivos para atender estratégias específicas de cada plano administrado pela Fundação.

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 29/2018, a Entidade classificou toda a sua carteira de títulos e valores mobiliários, com exceção de um depósito a prazo com garantia especial e Notas do Tesouro Nacional - NTN - B, amplo do fundo exclusivo Jeri, na categoria "Títulos para Negociação", com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3 Investimentos--Continuação

a) Operações de Renda Fixa--Continuação

Instituição financeira	Fundo de investimento	2018			2017		
		Plano BD	Plano CD	PGA	Plano BD	Plano CD	PGA
Itaú	Quixaba	-	-	-	103.344	-	-
Bradesco	Premium	40.749	-	-	-	-	-
Bradesco	Target I	2.205	-	-	-	-	-
Crédit Agricole	CA Vitesse	26.138	5.828	-	-	-	-
Sul América	Jeri	879.494	-	-	810.628	-	-
Western	Bitupitá	-	116.797	-	-	107.997	-
BTG pactual	Emissões primarias	507	102	-	492	98	-
Banco do Brasil	BB Institucional FI Renda fixa	-	-	8.119	-	-	7.613
Itaú	Itai Active FIX	-	-	7.331	-	-	6.369
Total renda fixa		949.093	122.727	15.450	914.464	108.095	13.982

a.1) Renda Fixa Plano BD

a.1.1) Fundo de Investimento Renda Fixa Faelce Quixaba

O Fundo de Investimento Renda Fixa Faelce Quixaba é um fundo exclusivo de investimento em renda fixa. O Fundo tem como meta atingir 102% da taxa Selic.

O Fundo tem taxa de administração é de 0,20% a.a., calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor o Itaú Asset.

Em 2018, o Fundo teve sua alocação do Plano de Benefício Definido (BD) encerrada no dia 03/05/2018 (R\$103.344 em 2017). O Fundo Faelce Quixaba alcançou a rentabilidade de 2,41%, correspondendo à 7,50% a.a. em 2018 (9,71% em 2017).

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Realizável--Continuação

4.3 Investimentos--Continuação

a.1) Renda Fixa Plano BD--Continuação

a.1.2) Fundo de Investimento Renda Fixa Faelce Jeri

O Fundo de Investimento Renda Fixa Faelce Jeri é um fundo exclusivo de investimento em renda fixa. O Fundo tem como meta atingir IPCA + 5% a.a.

O Fundo tem taxa de administração de 0,06% a.a., calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor a Sulamérica Investimentos.

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Benefício Definido (BD) no valor de R\$ 879.494 (R\$ 810.628 em 2017). O Fundo Jeri alcançou a rentabilidade de 10,52% ao longo de 2018 (9,06% em 2017).

Em atendimento a CGPC 04/2002, faz-se necessária a apresentação da carteira de renda fixa, com a categoria de classificação nos termos da Art. 8º.

a.1.2) Fundo de Investimento Renda Fixa Faelce Jeri

Fundo de investimentos Jeri	Categoria do título adotada pelo fundo investido	2018			2017	
		Valor de mercado	Valor de custo	Valor contábil	Faixas de vencimento	Valor contábil
Debêntures						
Contax Participações S.A.	Valor justo por meio do resultado				15/12/2021	1.904
Liq Participações	Valor justo por meio do resultado	142	5.836	142	15/02/2030	-
Liq Participações	Valor justo por meio do resultado	282	5.851	282	12/09/2022	-
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	Valor justo por meio do resultado	1.417	951	1.417	12/09/2022	1.323
CEMIG Distribuição S.A	Valor justo por meio do resultado	7.435	5.454	7.435	15/02/2025	6.221
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	Valor justo por meio do resultado	3.049	4.500	3.049	15/02/2019	5.775
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Valor justo por meio do resultado	2.213	3.306	2.213	15/10/2019	4.280
Duke Energy Internacional Geração	Valor justo por meio do resultado	9.645	8.721	9.645	15/08/2022	9.001
Parapanema S.A.	Valor justo por meio do resultado					
Sabesp	Valor justo por meio do resultado	1.901	1.735	1.901	15/02/2025	-
Letras Financeiras LF - Banco do Brasil	Valor justo por meio do resultado	-	-	-	04/04/2018	10.641
Letras do Tesouro Nacional - LTN Over	Valor justo por meio do resultado	27.876	27.869	27.876	01/10/2018	3.201
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Valor justo por meio do resultado	10	7	10	2020 a 2021	3.444
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	Valor justo por meio do resultado	797.610	474.660	797.610	2020 a 2050	736.386
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	Valor justo por meio do resultado	27.978	24.411	27.978	15/05/2019	28.521
Outros ativos		-	-	6		6
Passivo exigível		-	-	(70)		(75)
Total Fundo Jeri		879.558	563.301	879.494		810.628

a.1.3) BTG Pactual Emissões Primárias II Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado

O Fundo de Investimento BTG Pactual Emissões Primárias II é um fundo constituído sob a forma de condomínio fechado de renda fixa.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

a.1) Renda Fixa Plano BD--Continuação

a.1.3) BTG Pactual Emissões Primárias II Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado

O Fundo não tem taxa de administração nem taxa de performance, e tem como gestor o BTG Pactual Asset Management S/A DTVM. Este investimento foi afetado negativamente pelo default das debêntures da PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações, em função de ter sido decretado o processo de recuperação judicial da empresa em fevereiro de 2017.

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Benefício Definido (BD) no valor de R\$ 507 (R\$ 492 em 2017). O Fundo BTG Pactual Emissões Primárias II alcançou a rentabilidade de 2,71% ao longo de 2018 (-81,04% em 2017).

a.1.4) Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Premium

O Bradesco Premium é um fundo aberto de investimento em renda fixa, que tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas rentabilidade que busque acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), através da atuação preponderante no mercado de taxa de juros doméstica.

O Fundo tem taxa de administração de 0,20% a.a., calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor o Bradesco Asset Management (BRAM).

Em 02 de maio de 2018, a FAELCE realizou alocação do Plano de Benefício Definido (BD) no valor de R\$ 40.749. O Fundo Bradesco Premium alcançou a rentabilidade de 4,12%, correspondendo à 6,28% a.a.,

a.1.5) Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Target I

O Bradesco Target é um fundo aberto de investimento em renda fixa, que tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas rentabilidade através das oportunidades oferecidas, preponderantemente, pelos mercados domésticos de taxa de juros pósfixadas, pré-fixadas e índices de preço, excluindo estratégias que impliquem risco de moeda estrangeira ou de renda variável.

mlh
10/01/18
10/01/18

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

a.1.5) Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Target_I--Continuação

O Fundo tem taxa de administração de 0,30% a.a., calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor o Bradesco Asset Management (BRAM).

Em 02 de maio de 2018, a FAELCE realizou alocação do Plano de Benefício Definido (BD) no valor de R\$ 2.205. O Fundo Bradesco Target alcançou a rentabilidade de 4,55%, correspondendo à 6,94% a.a..

a.1.6) Credit Agricole Indosuez Vitesse FI Renda Fixa Crédito Privado

O CA Vitesse é um fundo aberto de investimento em renda fixa, tem como objetivo proporcionar aos cotistas uma rentabilidade acima das variações das taxas de juros praticadas pelo mercado interbancário (CDI).

O Fundo tem taxa de administração de A taxa de administração pode variar de 0,5% a 0,9% do patrimônio líquido ao ano, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor o CA Indosuez Wealth (BRAZIL) S.A. DTVM.

Em 10 de setembro de 2018, a FAELCE realizou alocação do Plano de Benefício Definido (BD) no valor de R\$ 26.138. O Fundo CA Vitesse alcançou a rentabilidade de 2,25%, correspondendo à 7,66% a.a.

a.2) Renda Fixa Plano CD

a.2.1) BTG Pactual Emissões Primárias II Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado

O Fundo de Investimento BTG Pactual Emissões Primárias II é um fundo constituído sob a forma de condomínio fechado de renda fixa.

O Fundo não tem taxa de administração nem taxa de performance, e tem como gestor o BTG Pactual Asset Management S/A DTVM. Este investimento foi afetado negativamente pelo default das debêntures da PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações, em função de ter sido decretado o processo de recuperação judicial da empresa em fevereiro de 2017.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

a.2) Renda Fixa Plano CD--Continuação

a.2.1) BTG Pactual Emissões Primárias II Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Contribuição Definida (CD) no valor de R\$ 101 (R\$ 98 em 2017). O Fundo BTG Pactual Emissões Primárias II alcançou a rentabilidade de 2,71% ao longo de 2018 (-81,04% em 2017).

a.2.2) Fundo de Investimento Renda Fixa Faelce Bitupitá

O Fundo de Investimento Renda Fixa Faelce Bitupitá é um fundo exclusivo de investimento em renda fixa. O Fundo tem como meta atingir 67,5% CDI + 30% IMA-B(5) + 7,5% IMA-B (5+).

O Fundo tem taxa de administração de 0,19% a.a., calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor a Western Asset.

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Contribuição Definida (CD) no valor de R\$ 116.797 (R\$ 107.997 em 2017). O Fundo Bitupitá alcançou a rentabilidade de 9,58% ao longo de 2018 (11,18% em 2017).

Em atendimento a CGPC 04/2002, faz-se necessária a apresentação da carteira de renda fixa, com a categoria de classificação nos termos da Art. 8º.

Bit

2

2 Wally

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

a.2.2) Fundo de Investimento Renda Fixa Faelce Bitupitá--Continuação

Fundo de investimentos Bitupitá	Categoria do título adotada pelo fundo investido	2018			Faixas de vencimento	2017
		Valor de mercado	Valor de custo	Valor contábil		Valor contábil
Debêntures						
Aes Tietê Energia	Valor justo por meio do resultado	384	364	384		-
Águas Guanroba S/A	Valor justo por meio do resultado	476	460	476	15/09/2022	464
Algar Telecom S A	Valor justo por meio do resultado	849	771	849	2019 e 2024	814
Alupar Investimento S/A	Valor justo por meio do resultado	-	-	-		45
Autovias S/A	Valor justo por meio do resultado	-	-	-		201
B3 S A - Brasil Bolsa Balcão	Valor justo por meio do resultado	1.343	2.671	1.343	01/12/2019	2.689
Cdb Pós Banco Abc	Valor justo por meio do resultado	-	-	-		459
Cdb Pós Banco Merrill Lynch	Valor justo por meio do resultado	-	-	-		1.372
Celco Redes Transmissão De Energia	Valor justo por meio do resultado	275	275	275		-
Centrais Elétricas Do Para S A - Celpa	Valor justo por meio do resultado	-	-	-		779
Centrovias Sistemas Rodoviaros S/A	Valor justo por meio do resultado	101	200	101	10/03/2019	202
Cia Energética De Pernambuco S A - Celpe	Valor justo por meio do resultado	540	520	540		-
Cia Paulista De Securitização	Valor justo por meio do resultado	254	832	254	16/06/2020	500
Cia Saneamento Básico Est. Sp - Sabesp	Valor justo por meio do resultado	172	167	172		-
Companhia Energética Do Ceara-Coelce	Valor justo por meio do resultado	395	393	395	15/12/2022	393
Companhia Energética Sinop	Valor justo por meio do resultado	582	497	582		-
Companhia Piratinga De Força E Luz	Valor justo por meio do resultado	97	94	97	15/02/2022	97
Concessionaria Rodovias Do Tiete S/A	Valor justo por meio do resultado	2.023	1.828	2.023	2022 e 2024	2.702
Diagnósticos Da América S/A	Valor justo por meio do resultado	462	460	462	19/12/2021	61
Elektro Eletricidade E Serviços	Valor justo por meio do resultado	403	400	403		-
Eletropaulo	Valor justo por meio do resultado	805	786	805		-
Eletropaulo Metropol Eletr De S P S/A	Valor justo por meio do resultado	-	-	-		258
Energisa S A	Valor justo por meio do resultado	1.120	1.413	1.120	15/07/2019	2.215
Duke Energy International	Valor justo por meio do resultado	-	-	-		1.296
Entrevias Concessionárias De Rodovias	Valor justo por meio do resultado	668	605	668		-
Instituto Hermes Pardini	Valor justo por meio do resultado	175	175	175		-
Localiza Rent A Car S/A	Valor justo por meio do resultado	831	819	831	2022 e 2024	362
Lojas Americanas S/A	Valor justo por meio do resultado	1.462	1.333	1.462	2019, 2022 e 2024	1.660
Mrv Engenharia E Participações S A	Valor justo por meio do resultado	1.337	1.230	1.337	15/02/2022	1.326
Natura Cosméticos	Valor justo por meio do resultado	437	430	437		-
Ncf Participações S A	Valor justo por meio do resultado	1.984	1.966	1.984	23/12/2020	1.997
Ouro Verde Locação E Serviços S A	Valor justo por meio do resultado	-	-	-		87
Rio Grande Energia S/A	Valor justo por meio do resultado	126	122	126	15/02/2022	126
Rio Parapanema Energia S/A	Valor justo por meio do resultado	2.000	1.604	2.000	2021 e 2022	616
Saber Serviços Educacionais	Valor justo por meio do resultado	2.187	2.130	2.187		-
Tcp Terminal De Containeres De Paranagua S A	Valor justo por meio do resultado	1.310	1.270	1.310	08/02/2022	225
Telefônica Brasil S/A	Valor justo por meio do resultado	2.012	4.636	2.012	15/04/2020	1.323
Triângulo Do Sol Auto - Estradas S/A	Valor justo por meio do resultado	580	560	580	2021 e 2022	2.948
Unidas S/A	Valor justo por meio do resultado	-	-	-		582
Valid Soluções E Serviços De Segurança Em Meios De Pagamento E Identificação S/A	Valor justo por meio do resultado	-	-	-		347
Letras Do Tesouro Nacional - Lt	Valor justo por meio do resultado	53.074	50.560	53.074	2018 a 2021	42.228
Letras Financeiras - Lt Paraná Banco	Valor justo por meio do resultado	-	-	-		602
Letras Financeiras - Lt Daycoval	Valor justo por meio do resultado	1.489	1.200	1.489	11/07/1905	1.393
Letras Financeiras - Lt Votorantim	Valor justo por meio do resultado	408	400	408		-
Letras Financeiras - Lt Abc	Valor justo por meio do resultado	608	600	608		457
Letras Financeiras - Lt Gmac	Valor justo por meio do resultado	602	600	602		-
Nota Comercial - Autopista Regis Bittencourt S A	Valor justo por meio do resultado	2.001	2.000	2.001		-
Notas Do Tesouro Nacional Ntn - B	Valor justo por meio do resultado	33.227	30.943	33.227	2018 a 2050	37.175
Outros ativos		-	-	10		4
Passivo exigível		-	-	(12)		(8)
Total Fundo Bitupitá		116.799	115.314	116.797		107.997

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

a.2.3) Credit Agricole Indosuez Vitesse FI Renda Fixa Crédito Privado

O CA Vitesse é um fundo aberto de investimento em renda fixa, tem como objetivo proporcionar aos cotistas uma rentabilidade acima das variações das taxas de juros praticadas pelo mercado interbancário (CDI).

O Fundo tem taxa de administração de A taxa de administração pode variar de 0,5% a 0,9% do patrimônio líquido ao ano, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor o CA Indosuez Wealth (BRAZIL) S.A. DTVM.

Em 10 de setembro de 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Contribuição Definida (CD) no valor de R\$ 5.828. O Fundo CA Vitesse alcançou a rentabilidade de 2,25%, correspondendo à 7,66% a.a.

a.3) Renda Fixa Plano PGA

a.3.1) BB Institucional

O BB Institucional é um fundo aberto de investimento em renda fixa, destinado exclusivamente a investidores institucionais. O Fundo tem como meta alcançar um retorno superior ao CDI anual e liquidez diária.

O Fundo tem taxa de administração de 0,20% a.a., calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor o BB Asset.

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Gestão Administrativa (PGA) no valor de R\$ 8.119 (R\$ 7.613 em 2017). O Fundo BB Institucional alcançou a rentabilidade de 6,65% ao longo de 2018 (10,20% em 2017).

a.3.2) Institucional Active FIX IB - Fundo de Investimento

O Institucional Active Fix IB FI é um fundo aberto de investimentos em Multi Mercados, tem como objetivo superar o CDI no longo prazo.

O Fundo tem taxa de administração de 0,30% a.a., calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor o Itaú Asset.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

a.3.2) Institucional Active FIX IB - Fundo de Investimento

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Gestão Administrativa (PGA) no valor de R\$ 7.332 (R\$ 6.369 em 2017). O Fundo Institucional Active FIX IB - alcançou a rentabilidade de 6,42% ao longo de 2018 (9,86% em 2017).

b) Operações de Renda Variável

As operações de renda variável são realizadas de 02 (duas) formas: (i) administração de carteira própria; e (ii) utilização de fundos de investimentos.

Apresentamos na tabela a seguir a abertura do saldo de investimento em quotas de fundos de investimento em renda variável, conforme determina a Resolução CNPC 29/2018:

Fundo de investimento	2018		2017	
	Plano BD	Plano CD	Plano BD	Plano CD
Ennessa	13.096	-	7.482	-
Sulamérica Expertise	71	3	1.675	65
Moat Capital	-	5.905	-	-
Neo Navitas	-	5.367	-	-
Ibiúna Equities	-	-	-	1.692
JGP Explorer	-	-	-	2.098
JGP Long Only	-	-	-	1.614
Plural capital	-	-	-	1.407
XP Investor	-	-	-	2.562
Total Renda Variável	13.167	11.275	9.157	9.438

b.1) Renda Variável Plano BD

b.1.1) Carteira Própria

A carteira própria de renda variável do Plano BD (Benefício Definido) é composta exclusivamente por ações da Companhia Energética do Ceará – Coelce. As ações estão divididas em Ordinárias (ON) na quantidade de 919.403 (novecentos e dezenove mil, quatrocentos e três) ações e Preferenciais (PNA) na quantidade de 25.655 (vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e cinco) ações, correspondendo aos valores respectivamente de R\$ 34.937 (R\$ 44.729 em 2017) e R\$ 1.231 (R\$ 1.405 em 2017).

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

b.1.2) ENNESA Fundo de Investimento de Ações

O Fundo de Investimento Ennesa é um fundo de investimento de ações formado pelos seguintes cotistas: FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, FAELCE – Fundação Coelce de Seguridade Social, FASERN – Fundação Cosern de Previdência Complementar, CELPOS – Fundação Celpe de Seguridade Social, FUNCASAL – Fundação Casal de Seguridade Social e Fundação Itaú Unibanco (em sucessão a Fundação Banorte – Fundação Manoel Batista Silva de Seguridade Social).

O Fundo ENNESA tem um único veículo de investimento, denominado Uptick, que é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída em 8 de setembro de 1997, e que tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, cotista ou consorciada. A Companhia mantém investimento de 5,82% do capital da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (“COSERN”).

O Fundo tem taxa de administração de 0,02% a.a., calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor a Argucia Capital Gestão e Recursos Ltda.

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Benefício Definido (BD) no valor de R\$ 13.096 (R\$ 7.482 em 2017). O Fundo ENNESA alcançou a rentabilidade de 102,66% ao longo de 2018 (24,48% em 2017).

b.1.3) Sul América Expertise Fundo de Investimento em Ações

O Fundo Sul América Expertise é um fundo de investimentos de ações, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração até 29 de fevereiro de 2018.

O Fundo tem taxa de administração de 0,90% a.a., calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor a Sul América Investimentos Gestora de Recursos S/A.

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Benefício Definido (BD) no valor de R\$ 71 (R\$1.675 em 2017). O Fundo Sul América Expertise alcançou a rentabilidade de -69,75% ao longo de 2018 (9,24% em 2017).



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

b.2) Renda Variável Plano CD

b.2.1) Sul América Expertise Fundo de Investimento em Ações

O Fundo Sul América Expertise é um fundo de investimentos de ações, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração até 29 de fevereiro de 2018.

O Fundo tem taxa de administração de 0,90% a.a., calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor a Sul América Investimentos Gestora de Recursos S/A.

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Contribuição Definida (CD) no valor de R\$ 3 (R\$ 65 em 2017). O Fundo Sul América Expertise alcançou a rentabilidade de -69,75% ao longo de 2018 (9,24% em 2017).

b.2.2) XP Investor Fundo de Investimentos de Ações

O Fundo XP Investor é um fundo de investimentos de ações, constituído sob a forma de condomínio aberto.

O Fundo tem taxa de administração entre 2% a 2,5% a.a, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Além da taxa de administração, o Fundo tem uma taxa de performance de 20,00% sobre o que exceder o índice IBOVESPA, e tem como gestor a XP Gestão de Recursos S/A.

Em 2018, o Fundo teve sua alocação do Plano de Contribuição Definida (CD) encerrada no dia 06/06/2018 (R\$ 2.562 em 2017). O Fundo XP Investor alcançou a rentabilidade de 9,36% ao longo de 2018 (28,34% em 2017).

b.2.3) JGP Long Only Institucional Fundo de Investimentos em Ações

O Fundo JGP Long Only Institucional é um fundo de investimentos de ações, constituído sob a forma de condomínio aberto com prazo indeterminado.

O Fundo tem taxa de administração entre 2,75% a 3% a.a, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. O Fundo tem como gestor a JGP Gestão de Recursos Ltda.



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

b.2) Renda Variável Plano CD

b.2.3) JGP Long Only Institucional Fundo de Investimentos em Ações

Em 2018, o Fundo teve sua alocação do Plano de Contribuição Definida (CD) encerrada no dia 05/04/2018 (R\$ 2.098 em 2017). O Fundo JGP Long Only Institucional alcançou a rentabilidade de 5,20% ao longo de 2018 (23,62% em 2017).

b.2.4) Vinci Gás Dividendos Fundo de Investimento em Ações

O Fundo Vinci Gás Dividendos é um fundo de investimentos de ações, constituído sob a forma de condomínio aberto com prazo indeterminado.

O Fundo tem taxa de administração de 1,97% a.a, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Além da taxa de administração, o Fundo tem uma taxa de performance de 20% sobre o que exceder o índice IBOVESPA, e tem como gestor a Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.

Em 2018, o Fundo teve sua alocação do Plano de Contribuição Definida (CD) encerrada no dia 05/04/2018 (R\$ 1.407 em 2017). O Fundo Vinci Gás Dividendos alcançou a rentabilidade de 6,41% ao longo de 2018 (19,20% em 2017).

b.2.5) Ibiuna Equities Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações

O Ibiuna Equities é um fundo de investimentos de ações, constituído sob a forma de condomínio aberto com prazo indeterminado.

O Fundo tem taxa de administração de 1,96% a.a, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor a Ibiuna Investimentos Ltda.



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

b.2.5) Ibiuna Equities Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações

Em 2018, o Fundo teve sua alocação do Plano de Contribuição Definida (CD) encerrada em 14/03/2018 (R\$ 1.692 em 2017). O Fundo Ibiuna Equities alcançou a rentabilidade de 13,59% ao longo de 2018 (27,82% em 2017).

b.2.6) Brasil Plural Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Ações

O Brasil Plural FIA é um fundo de investimentos de ações, constituído sob a forma de condomínio aberto com prazo indeterminado.

O Fundo tem taxa de administração entre 3% a 4% a.a, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor a Brasil Plural Gestão de Recursos.

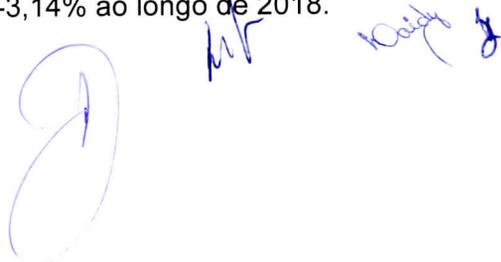
Em 2018, o Fundo teve sua alocação do Plano de Contribuição Definida (CD) encerrada em 22/03/2018 (R\$1.614 em 2017). O Fundo Brasil Plural FIA alcançou a rentabilidade de 13,22% ao longo de 2018 (25,76% em 2017).

b.2.7) Neo Navitas Fundo de Investimentos em Ações

O Fundo Neo Navitas é um fundo de investimentos de ações, constituído sob a forma de condomínio aberto.

O Fundo tem taxa de administração de 1,3% a.a, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Além da taxa de administração, o Fundo tem uma taxa de performance de 20,00% sobre o que exceder o índice IBOVESPA, e tem como gestor a Neo Gestão de Recursos.

Em março e abril de 2018, a FAELCE realizou alocações do Plano de Contribuição Definida (CD) no valor total de R\$ 5.367. O Fundo Neo Navitas alcançou a rentabilidade de -3,14% ao longo de 2018.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature on the left and several smaller initials and marks on the right.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

b.2.8) Moat Capital Fundo de Investimentos em Ações

O Fundo Moat Capital é um fundo de investimentos de ações, constituído sob a forma de condomínio aberto.

O Fundo tem taxa de administração de 2%% a.a, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Além da taxa de administração, o Fundo tem uma taxa de performance de 20,00% sobre o que exceder o índice IBOVESPA, e tem como gestor a Moat Capital Gestão de Recursos Ltda.

Em junho e julho de 2018, a FAELCE realizou alocação do Plano de Contribuição Definida (CD) no valor total de R\$ 5.905. O Fundo Moat Capital alcançou a rentabilidade de 27,22% ao longo de 2018.

c) Investimentos Estruturados

A Fundação tem em sua carteira, o investimento estruturado conforme apresentado na tabela abaixo:

Fundo de investimento	2018		2017	
	Plano BD	Plano CD	Plano BD	Plano CD
Itaú Kinea II	12.959	518	18.453	738
Rio bravo energia I	-	-	4.729	-
BRA Energ Renovav 2E	1.927	-	-	-
BR Energ Renovav Fip	2.905	-	-	-
Total Inv. Estruturados	17.791	518	23.182	738

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

c.1) Investimento Estruturado Plano BD

c.1.1) Fundo Kinea II

O Kinea II é um Fundo de Investimentos em Participações, constituído sob a forma de condomínio aberto com prazo de duração de 7 (sete) anos. O Fundo tem como meta o índice IPCA mais uma taxa de juros de 6% a.a.

O Fundo tem taxa de administração de 2% a.a, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Além da taxa de administração, o Fundo tem uma taxa de performance de 20% sobre o que exceder o índice IPCA+6% a.a, e tem como gestor Kinea Private Equity Investimentos Ltda.

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Benefício Definido (BD) no valor de R\$ 12.959 (R\$18.453 em 2017). O Fundo Kinea II alcançou a rentabilidade de -5,92% ao longo de 2018 (132,18% em 2017).

c.1.2) Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações

O Brasil Energia Renovável é um Fundo de Investimentos em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado com prazo de duração de 12 (doze) anos, prorrogáveis por mais 3 (três) anos.

O Fundo tem taxa de administração de 1,10% a.a, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Não tem cobrança de taxa de performance e tem como gestor a Brasil Plural Gestão de Produtos Estruturados Ltda.

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Benefício Definido (BD) no valor de R\$ 4.832 (R\$ 4.729 em 2017). O Fundo Brasil Energia Renovável Kinea II alcançou a rentabilidade de 2,16% ao longo de 2018 (17,27% em 2017).

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

c.2) Investimento Estruturado Plano CD

c.2.1) Fundo Kinea II

O Kinea II é um Fundo de Investimentos em Participações, constituído sob a forma de condomínio aberto com prazo de duração de 7 (sete) anos. O Fundo tem como meta o índice IPCA mais uma taxa de juros de 6% a.a.

O Fundo tem taxa de administração de 2% a.a, calculada e cobrada todo dia útil sobre o patrimônio líquido do fundo. Além da taxa de administração, o Fundo tem uma taxa de performance de 20% sobre o que exceder o índice IPCA+6% a.a, e tem como gestor Kinea Private Equity Investimentos Ltda.

Em 2018, o Fundo registrou a alocação do Plano de Contribuição Definida (CD) no valor de R\$ 518(R\$ 738 em 2017). O Fundo Kinea II alcançou a rentabilidade de - 5,92% ao longo de 2018 (132,18% em 2017).

d) Investimentos Imobiliários

A Fundação administra sua carteira imobiliária do Plano BD que está distribuída como segue:

Investimentos Imobiliários	2018	2017	%
Imóveis de uso próprio (a)	3.049	2.966	2,80%
Locados à patrocinadora (a)	17.241	16.647	3,57%
Locados à terceiros (a)	73.673	71.030	3,72%
Destinados a venda	7.338	6.935	5,81%
Valores a recuperar, receber e adiantamentos	7	7	0,00%
Aluguéis a receber	514	511	0,59%
Provisão para crédito liquidação duvidosa	(3)	(3)	0,00%
Total	101.819	98.093	3,80%

(a) Corresponde aos imóveis reavaliados em 2018 resultando em um aumento de R\$ 3.723. Ademais, a variação entre os grupos refere-se a transferência de imóveis locados a patrocinadora para imóveis locados a terceiros, relativo a imóveis devolvidos pela patrocinadora, através de rescisões de contratos.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

d) Investimentos Imobiliários--Continuação

A carteira imobiliária do Plano BD foi reavaliada neste exercício, tendo um efeito positivo, no montante de R\$ 3.723, registrado no resultado do exercício.

Investimentos	Cidade	Valor reavaliado	Valor contábil	Resultado
<u>Uso próprio</u>				
Av. Barão de Studart, 2700	Fortaleza	3.049	2.966	83
		3.049	2.966	83
<u>Locados à patrocinadora</u>				
Av. Francisco Sá, 3783	Fortaleza	1.763	1.660	103
Rua 7 de Setembro, 56	Fortaleza	891	874	17
Rua Barão do Rio Branco, 1447 / 1453	Fortaleza	2.164	2.080	84
Rua Dr. Pergentino Maia, 620	Fortaleza	6.784	6.550	234
Av. Perimetral, 245	Canindé	2.239	2.192	47
Rua 15 de Novembro, 489/1351	Caucaia	1.078	1.054	24
Rua José Marcos, 446	Crato	1.134	1.114	20
Rua Carlota Távora, 1940	Ico	649	605	44
Rua 8 de Novembro, 358	Jaguaripe	539	518	21
		17.241	16.647	594
<u>Locados à terceiros</u>				
R D.Leopoldina, 1518/Pe.Valdevino, 150	Fortaleza	57.001	54.856	2.145
Av. Visconde do Rio Branco, 1905	Fortaleza	9.889	9.486	403
Av. Visconde do Rio Branco, 1979	Fortaleza	297	290	7
Av. Visconde do Rio Branco, 1975	Fortaleza	272	265	7
Av. Visconde do Rio Branco, 1957	Fortaleza	880	865	15
Av. Visconde do Rio Branco, 1969	Fortaleza	877	863	14
Av. Visconde do Rio Branco, 1983	Fortaleza	673	665	8
Av. Visconde do Rio Branco, 1987	Fortaleza	369	367	2
Av. Visconde do Rio Branco, 1991	Fortaleza	293	288	5
Av. Visconde do Rio Branco, 1993	Fortaleza	463	459	4
Av. Visconde do Rio Branco, 2001	Fortaleza	637	633	4
Rua João Brígido, 59	Fortaleza	213	206	7
Rua João Brígido, 61	Fortaleza	184	178	6
Rua João Brígido, 75	Fortaleza	305	301	4
Rua João Brígido, 79	Fortaleza	304	301	3
Rua João Brígido, 83	Fortaleza	335	332	3
Rua João Brígido, 97	Fortaleza	343	339	4
Rua João Brígido, 137	Fortaleza	338	336	2
		73.673	71.030	2.643
<u>Destinados a venda</u>				
Av. Visconde do Rio Branco, 1931	Fortaleza	555	551	4
Rua Barão do Rio Branco, 2955	Fortaleza	6.783	6.384	399
		7.338	6.935	403
Total investimento imobiliário		101.301	97.578	3.723

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

d) Investimentos Imobiliários--Continuação

Estão demonstrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado baseados em reavaliações efetuadas no exercício. A entidade está dispensada de registrar a depreciação a partir de novembro de 2016, considerando que foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, o critério de reavaliação anual, conforme Ata 314 de novembro de 2016, previsto na Instrução PREVIC nº 15/2014.

Em 2018, a Fundação procedeu à reavaliação da carteira de investimentos imobiliários, através de laudos emitidos pela ENPROL Engenharia e Projetos Ltda., registrada no CREA-CE sob o nº 11.743, através de seus responsáveis técnicos José Maria Moreira Lima – CREA 3878; David Asfor Rocha Lima – CREA-CE 42.122 e Robson Cesar Martins Caetano – CREA-CE 14.661. A reavaliação, datada de 30 de julho de 2018, apresentou um resultado positivo no valor total de R\$ 3.723 (três milhões, setecentos e vinte e três mil reais), registrado em novembro de 2018, exceto o imóvel de Caucaia que teve o seu registro efetuado em agosto de 2018, por haver propósito de venda.

O limite estabelecido pela Resolução (MF) 4.661/2018 de enquadramento dos investimentos imobiliários é de 20%. Atualmente a carteira de investimentos imobiliários do Plano BD encontra-se enquadrada, com percentual de alocação de aproximadamente 9%.

e) Operações com Participantes

Os empréstimos a participantes são acrescidos de juros, pelo regime de competência e variam de acordo com Plano, obedecendo aos parâmetros definidos nos Regulamentos de Empréstimos dos planos de benefícios.

Empréstimos a participantes	2018		2017	
	Plano BD	Plano CD	Plano BD	Plano CD
Valor da carteira	14.871	4.310	16.610	5.084
Valores a receber	113	172	134	183
(-) Provisão para liquidação duvidosa	(79)	(37)	(85)	(44)
Total	14.905	4.445	16.659	5.223

Em 2018 houve um decréscimo na carteira em relação ao exercício de 2017.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

f) Depósitos judiciais – RET (Regime Especial Tributário)

A Fundação ajuizou ação em 06 de julho de 2016, contra a União para reconhecimento da compensação dos valores tributários, que foram impugnados pela União.

Apresentamos a seguir a Tabela dos Investimentos por segmento, de acordo com o artigo 17, da Resolução do Ministério da Fazenda nº 4.661/2018.

Investimentos dos Recursos Garantidores	2018				2017			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Consolidado	Plano BD	Plano CD	PGA	Consolidado
1. Renda Fixa	949.093	122.727	15.450	1.087.270	914.464	108.095	13.982	1.036.541
BB Institucional	-	-	8.119	8.119	-	-	7.613	7.613
Institucional Active FIX IB - Multimercado Fundo de Investimento	-	-	7.331	7.331	-	-	6.369	6.369
Fundo de Investimento Renda Fixa Faelce Quixaba	-	-	-	-	103.344	-	-	103.344
Fundo de Investimento Renda Fixa Faelce Jeri	879.494	-	-	879.494	810.628	-	-	810.628
BTG Pactual Emissões Primárias II Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	507	102	-	609	492	98	-	590
Fundo de Investimento Renda Fixa Faelce Bitupitá	-	116.797	-	116.797	-	107.997	-	107.997
Fundo de Investimento Renda Fixa Bradesco Premium	40.749	-	-	40.749	-	-	-	-
Fundo de Investimento Renda Fixa Bradesco Target	2.205	-	-	2.205	-	-	-	-
Fundo de Investimento Renda Fixa CA Vitesse	26.138	5.828	-	31.966	-	-	-	-
2. Renda Variável	49.336	11.275	-	60.611	55.291	9.438	-	64.729
2.1 Ações	36.169	-	-	36.169	46.134	-	-	46.134
Coelce ON	34.937	-	-	34.937	44.729	-	-	44.729
Coelce PNA	1.232	-	-	1.232	1.405	-	-	1.405
2.2 Fundos de Ações	13.167	11.275	-	24.442	9.157	9.438	-	18.595
ENNESSA Fundo de Investimento de Ações	13.096	-	-	13.096	7.482	-	-	7.482
Sul América Expertise Fundo de Investimento em Ações	71	3	-	74	1.675	65	-	1.740
XP Investor Fundo de Investimentos de Ações	-	-	-	-	-	2.562	-	2.562
JGP Long Only Institucional Fundo de Investimentos em Ações	-	-	-	-	-	2.098	-	2.098
Vinci Gás Dividendos Fundo de Investimento em Ações	-	-	-	-	-	1.407	-	1.407
Ibiuna Equities Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	-	-	-	-	-	1.692	-	1.692
Brasil Plural Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	-	-	-	-	-	1.614	-	1.614
Neo Navitas Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	-	5.367	-	5.367	-	-	-	-
Moat Capital Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	-	5.905	-	5.905	-	-	-	-
3. Investimentos Estruturados	17.791	518	-	18.309	23.182	738	-	23.920
Kinea II	12.959	518	-	13.477	18.453	738	-	19.191
Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações	4.832	-	-	4.832	4.729	-	-	4.729
4. Imóveis	101.819	-	-	101.819	98.093	-	-	98.093
5. Operações com Participantes	14.905	4.445	-	19.350	16.659	5.223	-	21.882
Subtotal investimentos (por segmento da Resolução MF nº 4.661)	1.132.944	138.965	15.450	1.287.359	1.107.689	123.494	13.982	1.245.165
Depósitos Judiciais Recursais (7.2.e)	3.805	-	-	3.805	3.805	-	-	3.805
Total Investimentos	1.136.749	138.965	15.450	1.291.164	1.111.494	123.494	13.982	1.248.970

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Exigível operacional

<u>Gestão previdencial</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Var</u>
Benefícios a pagar	228	218	4,59%
Benefícios definidos	228	218	4,59%
Retenções a recolher (a)	779	721	8,04%
Benefícios definido	752	703	6,97%
Contribuição definida	27	18	50%
Recursos futuros(b)	232	1	23100%
Benefícios definidos	232	1	23100%
Exigível Operacional Gestão Previdencial	1.239	940	31,81%

- (a) Em 2018 a variação no exigível – gestão previdencial em retenções a recolher é decorrente do aumento na folha de benefícios.
- (b) A variação de recursos futuros referente ao custeio administrativo do plano BD, refere-se ao recebimento antecipado do custeio de janeiro de 2019, recebido no último dia útil do mês anterior, dezembro de 2018, conforme previsto no Regulamento do Plano.

<u>Gestão administrativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Var</u>
Pessoal e encargos (a)	533	333	60,06%
Treinamentos/congressos	-	2	-
Serviços de terceiros	63	62	1,61%
Despesas gerais	42	49	(14,29%)
Retenções a recolher	159	158	0,63%
Tributos a recolher	4	4	-
Outras exigibilidades	3	3	-
Exigível Operacional Gestão Administrativa	804	611	31,59%

- (a) A variação relevante ocorrida em 2018, refere-se a provisão de férias ajustada com a implantação do Sistema TOTVS.

<u>Gestão de investimentos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Var</u>
Operações com participantes	7	11	(36,36%)
Benefícios definidos	4	4	-
Contribuição definida	3	7	(57,14%)
Outras exigibilidades	113	106	6,60%
Benefícios definidos	9	10	(10,00%)
Contribuição definida	104	96	8,33%
Investimentos imobiliários (a)	17	-	-
Relacionados com disponível	17	20	(15,00%)
Benefícios definidos	14	15	(6,67%)
Contribuição definida	3	5	(40,00%)
Exigível Operacional Investimentos	154	137	12,41%

- (a) Em 2018 não houve evolução no exigível operacional – investimentos, tendo uma variação na carteira de imóveis decorrente de serviços pagos no mês subsequente.

Handwritten notes:
L Waich
A large blue scribble or signature is present below the text.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Contingencial

6.1. Ativo contingencial

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências são efetuados de acordo com a CPC 25, a qual se pronuncia pelo não reconhecimento do ativo contingente se houver incerteza na sua realização e desconhecimento do valor do crédito da ação. No entanto, registramos as seguintes notas sobre ações ajuizadas na Justiça Federal:

(I) OFND (Obrigações Fundo Nacional de Desenvolvimento)

Ação ordinária ajuizada pela ABRAPP – Associação Brasileira de Entidades de Previdência Provada, em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFND's e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC (Índice de Preço no Consumidor) e não do BTN.(Bonus do Tesouro Nacional), correspondente ao período de abril de 1.990 a fevereiro de 1.991. O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28 de setembro de 2008 e o processo entrou na fase de execução. Em 18 de maio de 2013, a execução foi suspensa em função da Ação Rescisória interposta pela União Federal em face da ABRAPP.

(II) CODUNAS S/A

Em 29 de outubro de 2001, a CODUNAS ajuizou uma Ação de Cobrança (proc. nº 0572221-79.2000.8.06.0001) contra a Rede de Ensino GEO e seus 09 (nove) fiadores de Contrato Particular de Concessão Remunerada de Uso de Terreno Particular e de Futura Edificação para Utilização de Interesse Social, datado em 06 de outubro de 1995, cobrando as parcelas vencidas desde julho de 2000 até setembro de 2001, indenização decorrente da rescisão contratual, pagamento do IPTU dos anos 2000 e 2001 e seguro incêndio do imóvel relativo aos meses de maio de 2001 e 2002. Referidos valores, à época do ajuizamento da ação somavam o total de R\$ 7.401 (sete milhões, quatrocentos e um mil).

Segundo os advogados a probabilidade de êxito é remota.



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Contingencial--Continuação

6.1. Passivo contingencial

A Fundação, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais de natureza cível e tributária. A Fundação, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente pela sua Administração para cobrir perdas prováveis nesses processos. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, essas provisões são apresentadas da seguinte forma:

6.1.1. Previdencial

	2018	2017	Variação %
Restituição de contribuição (a)	3.228	5.337	(39,52%)
Revisão de benefício (b)	1.601	3.708	(56,82%)
Expurgo de 1990 (c)	663	5.076	(86,94%)
Exigível Contingencial Gestão Previdencial	5.492	14.121	(61,11)

(a) Restituição de contribuição

São ações demandadas por ex-participantes, contra a Fundação, em que os mesmos pleiteiam a devolução da diferença a receber de reserva de poupança, inerente as suas contribuições vertidas para o Plano de Benefícios, quando não havia previsão legal da forma de restituição.

Em 31 de dezembro de 2018 existem 52 (92 em 2017) ações em que os ex-participantes reclamam diferença de reserva de poupança, que montam em R\$ 3.228 (R\$ 5.337 em 2017) e estão classificadas como prováveis e parcialmente depositadas judicialmente, no montante de R\$ 681 (R\$ 1.279 em 2017).

(b) Revisão de benefício

Refere-se a 262 demandas judiciais interpostas por assistidos com reclamações diversas, que pleiteiam revisão de benefícios, sendo: IRSM (Índice de Reajuste do Salário Mínimo); Revisão de cálculo de aposentadoria especial; redutor etário.

Em 2018 existem 15 ações que reclamam o IRSM (Índice de Reajuste do Salário Mínimo),. O impacto financeiro dessas causas é de R\$ 1.080 e o impacto atuarial de R\$ 387 (R\$1.808 e R\$ 425, respectivamente, em 2017). Encontram-se parcialmente depositadas judicialmente, no montante de R\$ 840 (R\$ 572 em 2017), classificado no ativo, além de bloqueio judicial em contas correntes no valor R\$ 5, os quais aguardam autorização judicial para a substituição da garantia.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large circular mark.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Contingencial--Continuação

6.1. Passivo contingencial--Continuação

(b) Revisão de benefício--Continuação

Existem também 24 (26 em 2017) ações movidas por assistidos que se aposentaram pela previdência social em Aposentadoria Especial, com menos de 30 anos de contribuição.

Existem outros 221 (235 em 2017) processos decorrentes da antecipação da idade de 55 anos,, no montante de R\$12.396 (R\$12.975 em 2017) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os 04 (quatro) processos de mesma natureza, que foram classificados na condição de prováveis em função de divergências jurisprudenciais, foram sentenciados e transitado em julgado, desfavorável a Fundação, mas 02 (dois) processos ainda encontram-se em fase de embargos.

(c) Expurgo de 1990

Refere-se a ações demandadas por assistidos pleiteando a revisão dos benefícios com base em expurgos inflacionários de março de 1990.

Existem atualmente 12 (36 em 2017) processos referentes ao expurgo que considerando o impacto financeiro e atuarial, montam em R\$ 663 (R\$ 5.076 em 2017), aos quais estão pleiteando revisão de benefícios com base em expurgos inflacionários de março de 1990. Alguns processos estão parcialmente depositados em juízo com um montante em R\$ 194 (R\$ 524 em 2017).

6.1.2. Gestão administrativa

Em outubro de 2014, a Faelce impetrou uma nova ação que requer o direito a não incidência da COFINS por não auferir lucro, receita ou faturamento. A partir de novembro de 2014, a FAELCE deposita em conta judicial os valores apurados de COFINS através de liminar. Consta em dezembro de 2018 o saldo de depósitos é R\$ 1.241 (R\$ 936 em 2017).

Em 2018 a movimentação nas obrigações contingenciais teve um efeito positivo em função das novas constituições acumuladas mensalmente.

Saldo em 31 de dezembro de 2017
Constituição de provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2018

Valor
936
305
1.241

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Contingencial--Continuação

6.1. Passivo contingencial--Continuação

A fase atual do processo é de aguardo da decisão do STF-Supremo Tribunal Federal, acerca do pedido de reconsideração do despacho revogando a decisão que determinava o sobrestamento dos autos e ordenando o processamento do recurso.

6.1.3. Investimentos

A MP (Medida Provisória) nº 2.222/2001 instituiu o RET – Regime Especial de Tributação, o qual conferiu às EFPC optarem pelo tal regime, o qual conferia o direito de pagar ou parcelar o imposto sobre a renda dos seus rendimentos e ganhos de capitais. Tendo a FAELCE aderido ao RET e pago o referido Imposto.

A Fundação realizou o levantamento tributário sobre os Impostos devidos e recolhidos. O resultado do levantamento gerou um crédito em favor da FAELCE, a qual compensou, através de PER/DCOMP, com impostos e contribuições sociais retidos de empregados, assistidos e terceiros.

Em 06 de julho de 2016, a Fundação ajuizou ação anulatória de débito fiscal, com o objetivo de anular a decisão administrativa proferida no PAF nº 10380.720083/2009-20is, a qual indeferiu o pedido de restituição realizado na DCOMP nº 19669.42301.1.3.04-9490 e outras. Para tanto, a Fundação realizou depósito judicial do montante integral de R\$ 2.932, e em março de 2017 outro depósito complementar no valor de R\$ 873 mil.

A fase processual em que se encontra até 31 de dezembro de 2018 é a de aguardar o julgamento do Recurso Voluntário do CARF.

6.2.3. Investimentos

Em 2018 o montante de R\$ 3.805 (R\$ 3.805 em 2017) não houve movimentação nas obrigações contingenciais de investimentos em função do processo não ter sofrido qualquer alteração. Aguardando decisão do CARF.



Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Patrimônio social

Patrimônio Social	2018			2017		
	Plano BD	Plano CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Patrimônio de cobertura do plano	1.104.105	133.250	1.237.355	1.067.672	118.700	1.186.372
Benefícios concedidos	986.700	22.354	1.009.054	922.201	14.700	936.901
Benefícios a conceder	126.529	110.896	237.425	162.998	104.000	266.998
(-) Provisão matemática a constituir (Nota 10)	(9.124)	-	(9.124)	(17.527)	-	(17.527)
Equilíbrio técnico	24.042	-	24.042	28.617	-	28.617
Superávit acumulado	24.042	-	24.042	28.617	-	28.617
Fundos	8.297	14.085	22.382	7.569	12.387	19.956
Fundos previdenciais	-	6.145	6.145	-	5.208	5.208
Patronal não comprometido	-	276	276	-	128	128
Atuarial coletivo	-	5.869	5.869	-	5.080	5.080
Fundos administrativos	7.145	7.747	14.892	6.582	7.018	13.600
Participação no PGA	7.145	7.747	14.892	6.582	7.018	13.600
Fundos dos investimentos	1.152	193	1.345	987	161	1.148
Fundo do plano	1.152	193	1.345	987	161	1.148
Patrimônio social	1.136.444	147.335	1.283.779	1.103.858	131.087	1.234.945

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Hipóteses atuariais e métodos atuariais

São hipóteses sugeridas pelo atuário e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo da entidade, visando refletir a realidade dos planos de benefícios.

7.1. Plano BD

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas abaixo:

	2018	2017
Taxa real anual de juros	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1,08% a.a.	1,01% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	0,00% a.a.	0,00% a.a.
- dos benefícios da Fundação	98% a.a.	98% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há	Não há
Hipótese sobre rotatividade	Nula	Nula
Tábua de sobrevivência geral	AT – 2000**	AT – 2000 M
Tábua de sobrevivência de inválidos	AT – 1983 M	AT – 1983 M
Tábua de entrada em invalidez	Light (frac)	Light (frac)
	Exp Faelce/ Família efetiva	Exp Faelce/ Família efetiva

A Tábua de Mortalidade Geral adotada no Plano de Benefícios Definidos é composta por 60,73% do qx (probabilidade de morte) da Tábua AT-2000 Masculina e 39,27% do qx (probabilidade de morte) Tábua AT-2000 Feminina.

Está sendo utilizada a composição real familiar para avaliar os benefícios de reversão em pensão dos aposentados e pensionistas, enquanto que para avaliar os benefícios de reversão em pensão dos participantes ativos, é adotado o grupo familiar médio, com base na idade.

A Fundação utilizou a taxa de juros de 4,5% a.a. para o desconto em seu fluxo de pagamentos, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e possui taxa de retorno de seus ativos adequada para fazer face ao fluxo das obrigações.

Handwritten signatures and initials:
Daisy, mh, B, B

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Hipóteses atuariais e métodos atuariais--Continuação

7.1. Plano CD

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas abaixo:

	2018	2017
Taxa real anual de juros	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não aplicável	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não aplicável	Não aplicável
- dos benefícios da Fundação	Não aplicável	Não aplicável
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não aplicável	Não aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	AT - 1983	AT - 1983
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Light (média)	Light (média)
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Não aplicável	Não aplicável

8. Demonstração consolidada das contribuições contratadas do plano BD

Serviço passado contratado

Refere-se ao valor de reserva matemática que cada participante fundador deveria ter na data da criação do plano BD, em abril de 1981. A patrocinadora Coelce optou por reconhecer essa dívida, conforme previsto no artigo 65 do Regulamento do plano, e vem amortizando através de contribuição mensal, com vigência até o ano de 2019.

Plano BD	2018	2017	%
Serviço passado contratado (Nota 8)	9.124	17.527	(47,94)
	9.124	17.527	(47,94)

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Resultado do exercício

Apresentamos abaixo a movimentação, das provisões matemáticas, do superávit técnico e dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro 2018:

	Provisões matemáticas	Superávit/ (déficit)	Fundos
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.186.372	28.617	19.956
Constituição de provisões	50.983	-	-
Superávit técnico do exercício	-	(4.575)	-
Constituição de fundos	-	-	2.426
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.237.355	24.042	22.382

A rentabilidade nominal líquida, obtida na aplicação do ativo líquido deste Plano BD, ao longo de 2018 foi de 8,80%, enquanto que a meta atuarial para o exercício foi de 8,09% (correspondendo a INPC + 4,50% a.a), portanto, alcançando assim o excedente de 0,66%.

O Plano CD obteve uma rentabilidade nominal líquida de 10,30% em 2018, enquanto que a meta de referência foi de 8,41% (correspondendo a IPCA + 4,50% a.a), portanto, alcançando assim o excedente de 1,74%.

10. Recolhimento de tributos

PIS e COFINS

Calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas, conforme Anexo III da Instrução Normativa nº 247, de 21 de novembro de 2002 (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Consolidação

Em cumprimento à Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, apresenta-se o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação do balanço patrimonial:

Ativo	Plano BD	Plano CD	PGA	Total	Eliminações	Consolidado
Disponível	252	44	8	304	-	304
Realizável	1.146.744	147.429	16.801	1.310.974	(14.892)	1.296.082
Gestão previdencial	2.850	717	-	3.567	-	3.567
Recursos a receber	954	717	-	1.671	-	1.671
Adiantamentos	43	-	-	43	-	43
Depósitos judiciais	1.853	-	-	1.853	-	1.853
Gestão administrativa	7.145	7.747	1.351	16.243	(14.892)	1.351
Contribuições para custeio	-	-	121	121	-	121
Despesas antecipadas	-	-	13	13	-	13
Participação ao planejamento	7.145	7.747	-	14.892	(14.892)	-
Depósitos judiciais	-	-	1.216	1.216	-	1.216
Outros realizáveis	-	-	1	1	-	1
Investimentos	1.136.749	138.965	15.450	1.291.164	-	1.291.164
Fundos de investimento	980.051	134.520	15.450	1.130.021	-	1.130.021
Investimentos imobiliários	101.819	-	-	101.819	-	101.819
Ações	36.169	-	-	36.169	-	36.169
Operações com participantes	14.905	4.445	-	19.350	-	19.350
Depósitos judiciais	3.805	-	-	3.805	-	3.805
Permanente	-	-	128	128	-	128
Imobilizado	-	-	120	120	-	120
Intangível	-	-	8	8	-	8
Total do ativo	1.146.996	147.473	16.937	1.311.406	(14.892)	1.296.514

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Consolidação--Continuação

Passivo	Plano BD	Plano CD	PGA	Total	Eliminações	Consolidado
Passivo	10.552	138	2.045	12.735	-	12.735
Exigível operacional	1.255	138	804	2.197	-	2.197
Gestão previdencial	1.211	28	-	1.239	-	1.239
Benefícios a pagar	228	-	-	228	-	228
Retenções a recolher	752	28	-	780	-	780
Recursos antecipados	231	-	-	231	-	231
Gestão administrativa	-	-	804	804	-	804
Contas a pagar	-	-	638	638	-	638
Retenções a recolher	-	-	159	159	-	159
Tributos a recolher	-	-	4	4	-	4
Outras exigibilidades	-	-	3	3	-	3
Investimentos	44	110	-	154	-	154
Investimentos imobiliários	17	-	-	17	-	17
Empréstimos e financiamentos	3	3	-	6	-	6
Relacionados com	14	3	-	17	-	17
Outras exigibilidades	10	104	-	114	-	114
Exigível contingencial	9.297	-	1.241	10.538	-	10.538
Gestão previdencial	5.492	-	-	5.492	-	5.492
Gestão administrativa	-	-	1.241	1.241	-	1.241
Investimentos	3.805	-	-	3.805	-	3.805
Patrimônio social	1.136.444	147.335	14.892	1.298.671	(14.892)	1.283.779
Provisões matemáticas	1.104.105	133.250	-	1.237.355	-	1.237.355
Benefícios concedidos	986.700	22.354	-	1.009.054	-	1.009.054
Benefícios a conceder	126.529	110.896	-	237.425	-	237.425
(-) Provisões matemáticas a constituir	(9.124)	-	-	(9.124)	-	(9.124)
Equilíbrio técnico	24.042	-	-	24.042	-	24.042
Resultados realizados	24.042	-	-	24.042	-	24.042
Superávit (déficit) técnico acumulado	24.042	-	-	24.042	-	24.042
Fundos	8.297	14.085	14.892	37.274	(14.892)	22.382
Fundos previdenciais	-	6.145	-	6.145	-	6.145
Fundos administrativos	7.145	7.747	14.892	29.784	(14.892)	14.892
Fundos dos investimentos	1.152	193	-	1.345	-	1.345
Total do passivo e patrimônio social	1.146.996	147.473	16.937	1.311.406	(14.892)	1.296.514

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Ajustes de precificação

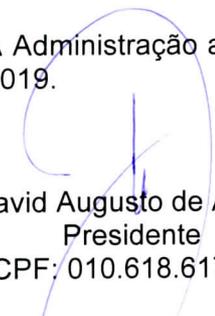
Em atendimento a Resolução CNPC 16/2014, a entidade deverá divulgar, sem registro contábil, o valor de ajuste de precificação, resultado da diferença entre o valor contábil e o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria mantidos até o vencimento, cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e o custeio determinado atuarialmente, considerando no cálculo a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial. O valor do ajuste de precificação estão assim resumidamente demonstrados:

	2018	2017
Valor contábil	755.033	695.382
Valor ajustado	904.915	844.950
Ajuste de precificação	149.882	149.568

13. Outras informações

13.1 Aprovação das demonstrações contábeis

A Administração aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em 01 de março de 2019.


David Augusto de Abreu
Presidente
CPF: 010.618.617-59


Ricardo Nelson Vasconcelos
Diretor adm. Financeiro
CPF: 429.880.393-72


José Tarcísio Ferreira Bezerra
Diretor de Seguridade
CPF: 113.162.683-49


Francicy Laidy Bezerra dos Santos
Téc. Contabilidade CRC-CE 6854
CPF: 060.932.133-15